

# Governo recua e informará sobre saques

Andrei Meireles

Para evitar ser enquadrada por crime de responsabilidade, a ministra Zélia Cardoso de Mello, da Economia, cedeu, ontem, às exigências do Senado e determinou ao Banco Central que comece dentro de cinco dias a prestar as informações sobre os saques bancários superiores a Cr\$ 500 mil no período entre 15 de fevereiro e 15 de março. O aviso comunicando seu recuo chegou ao Senado momentos antes da sessão convocada para decidir se a processaria ou não. Os senadores não gostaram dos termos do ofício, que continua a se basear na Lei do Sigilo Bancário e não na Constituição e a criticaram durante toda a tarde, limitando-se a sua defesa, de forma tímida, o líder do governo, senador José Ignácio Ferreira. No final da tarde, a sessão foi suspensa, adiando-se para hoje a decisão do Senado se aceita o ofício da ministra ou se insiste em processá-la.

O presidente do Congresso Nacional, Néelson Carneiro, comunicou ao plenário que a Mesa do Senado, antes do recebimento do aviso da ministra, tinha decidido propor o seu enquadramento por crime de responsabilidade. Com o "fato novo", optou por aguardar uma decisão do plenário. O senador Mário Maia, do PDT do Acre, chegou a propor que a Mesa do Senado ingorasse o ofício "extemporâneo" e desse seqüência ao exame do enquadramento da ministra. Néelson Carneiro ponderou que não poderia ignorar ou omitir ao Senado recebimento de um documento, competindo ao plenário avaliá-lo e tomar uma posição.

Alguns senadores, como o autor do requerimento de informação, Jamil Haddad, levantaram a suspeita de que o prazo estabelecido pela ministra Zélia poderia ser utilizado para adulterar as informações. José Ignácio assegurou que isto não ocorrerá. Mesmo assim, o senador Jarbas Passarinho, do PDS, um dos poucos oradores que defenderam o recebimento do documento da ministra, "pois se compromete ao essencial — prestar as informações" —, afirmou que se elas vierem incompletas ou fraudadas, o Senado deveria reiniciar o processo contra Zélia Cardoso.

## Conflito

Em seu pronunciamento, o se-



Carlos Menandro

Na sessão de ontem, os senadores revezaram-se em críticas ao Governo, que teve a defesa solitária do líder José Ignácio

nador José Ignácio revelou que a área política do governo — ele, o deputado Renan Calheiros e o ministro Bernardo Cabral — sempre defendeu o envio dos dados ao Senado, provocando um conflito interno com a área técnica do Executivo. Prevaleceu a avaliação política, mas a ministra Zélia não abriu mão de sua interpretação, baseada em um parecer do Banco Central, de que a Lei do Sigilo Bancário teria de ser obedecida.

Vários senadores — dentre os quais, Mario Covas, do PSDB, Juthay Magalhães, do PSDB, Divaldo Sтуруagy, do PFL, e Jamil Haddad, do PSDB —, discordaram de José Ignácio, afirmando que a questão é relevante por se tratar do respeito à Constituição e às prerrogativas do Senado. Essa discussão ocupou toda a sessão de ontem do Senado que, ao final decidiu adiar a decisão para hoje. O curto texto da ministra foi classificado de "petulante" por Juthay Magalhães.